

PRIMEIROS SOCORROS NA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ÊNFASE NA LEI LUCAS

FIRST AID IN BASIC EDUCATION WITH EMPHASIS ON THE LUCAS LAW

Francine Silva e Lima de Fernando¹, Kleber Aparecido de Oliveira², Morian Lauana Miguelão Canada³, Ana Carolina de Souza Cardoso⁴, Ana Julia Barbosa Pereira⁴, Jessica Tremura Sereno⁴, Marilize Oliveira da Silva⁴, Paloma Vieira Florencio⁴

¹ Professora do Curso de Enfermagem do Centro Universitário de Rio Preto, Mestre em Biotecnologia pela Universidade Federal de São Carlos, Doutora em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Rua Yvete Gabriel Atique, 45 Boa Vista, São José do Rio Preto – SP, francineslfernando@gmail.com; ² Professor do Curso de Enfermagem do Centro Universitário de Rio Preto, Mestre em Bioengenharia pela Universidade Camilo Castelo Branco, Doutorando em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Rua Yvete Gabriel Atique, 45 Boa Vista, São José do Rio Preto – SP, kleberapoliveira095@gmail.com; ³ Coordenadora e Professora do Curso de Enfermagem do Centro Universitário de Rio Preto, Mestre em Bioengenharia pela Universidade Camilo Castelo Branco, Rua Yvete Gabriel Atique, 45 Boa Vista, São José do Rio Preto – SP, enfermagem@unirp.edu.br; ⁴ Alunas do 8º período do Curso de Enfermagem do Centro Universitário de Rio Preto, Rua Yvete Gabriel Atique, 45 Boa Vista, São José do Rio Preto – SP. enfermagem@unirp.edu.br.

RESUMO- A lei nº 13.722 conhecida como “Lei Lucas” foi sancionada no dia 04/10/2018 e em seu artigo 1º determina que: “Os estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública e privada, por meio dos respectivos sistemas de ensino de educação básica e de recreação infantil deverão capacitar professores e funcionários em noções de primeiros socorros”. Assim, o objetivo deste estudo é verificar o conhecimento dos professores que atuam na educação básica, sobre primeiros socorros com ênfase na Lei Lucas. Trata-se de um estudo transversal, quantitativo e descritivo, por meio da aplicação de formulário eletrônico e autoaplicável, construído na ferramenta Google Formulários. Foram incluídos no estudo apenas professores que estão em pleno exercício profissional. Dos 65 entrevistados, 92,1% eram do sexo feminino, 54% entre 39 e 59 anos, e 54,4% atuam no nível infantil. Apenas 30,2% diziam sentir-se aptos a prestar socorro para uma situação de risco a criança, assim 92% acham que deveria ser obrigatório um profissional da enfermagem atuante dentro do ambiente escolar para situações de acidentes em crianças. Conclui-se que a maioria dos professores, sentem-se inaptos para prestar socorro mesmo com capacitação e opinaram sobre a importância da obrigatoriedade de um profissional da enfermagem ativo no ambiente escolar. Destaca-se a necessidade da lei Lucas no ambiente escolar devido a vulnerabilidade dos estudantes e a importância da capacitação em primeiros socorros. Conforme análise dos dados, sugere-se uma revisão da lei para abranger dentro do ambiente escolar um profissional qualificado para fornecer atendimento adequado ao cuidado das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Lei Lucas. Primeiros Socorros. Ovale. Profissionais da educação. Capacitação.

ABSTRACT- Law No. 13.722, known as the "Lucas Law", was signed into law on October 4, 2018, and its first article states that: "Public and private basic education establishments, through the respective basic education and children's recreation education systems, must train teachers and staff in first aid notions". The aim of this study was to verify the knowledge of teachers working in basic education about first aid, with an emphasis on the Lucas Law. This is a cross-sectional, quantitative and descriptive study, using an electronic, self-administered form, built using the Google Forms tool. The study only included teachers who were in full professional practice. Of the 65 interviewees, 92.1% were female, 54% were aged between 39 and 59, and 54.4% worked at nursery school level. Only 30.2% said they felt able to provide help in a situation where a child was at risk, so 92% believe that it should be compulsory for a nursing professional to work in the school environment in the event of accidents involving children. In conclusion, the majority of teachers feel unable to provide help, even with training, and have expressed their opinion on the importance of making it compulsory for a nursing professional to be active in the school environment. The need for the Lucas law in the school environment is highlighted due to the vulnerability of students and the importance of first aid training. According to the analysis of the data, it is suggested that the law be revised to include a qualified professional within the school environment to provide adequate care for children.

KEYWORDS: First aid. Ovace. Education professionals. Training.

1 INTRODUÇÃO

As principais causas de morte em menores de 5 anos são de origem externa e incluem os acidentes domiciliares, situações de violência, entre outras causas, sendo também consideradas como problema de saúde pública. É o que apontam os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS) em 2022 de que ocorreram 20.607 óbitos por essas causas, sendo em crianças menores de 10 anos (BRASIL, 2022).

Reafirmando a atuação de profissionais que atuam em escolas, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), constante na Lei 8.069/90, esclarece no Artigo 4 que a família, a comunidade e o Poder Público devem assegurar os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação e à educação de crianças e adolescentes. Essa estratégia assegura um olhar atento ao cuidado de saúde e de prevenção dos mesmos, incluindo a proteção e socorro em quaisquer circunstâncias (CASTRO & MACEDO, 2019).

Primeiros socorros é definido como qualquer tipo de intervenção que possa ocorrer a um indivíduo em situação de sofrimento ou risco de morte. Visando assim a promoção a saúde e a seguridade a vida. São intervenções que devem ser feitas de maneira rápida e imediata após acidentes ou mal súbito para evitar o agravamento do problema até que o serviço especializado chegue ao local. Essas intervenções são de extrema importância pois podem evitar complicações graves e até a morte de um indivíduo. Diante disso o conhecimento básico sobre primeiros socorros deveria ser disseminado a toda população, para que toda vítima de um acidente ou mal súbito tenha o mínimo de atendimento até a chegada do atendimento especializado (FIOCRUZ, 2022).

Os 7 principais procedimentos de primeiros socorros que podem ocorrer são:

- Ressuscitação Cardiopulmonar;

- O.V.A.C.E;
- Controle de Hemorragias;
- Atendimento a Vítima de Queimaduras;
- Atendimento a Vítima de Afogamento;
- Atendimento a Vítima de Fraturas Ósseas;
- Prevenção de Acidentes.

“Diante de um acidente, qualquer pessoa com pouco conhecimento e técnica pode prestar uma assistência e evitar o agravamento do problema, até que a vítima receba atendimento especializado” (CRUZ, *et al.*, 2022).

Os primeiros socorros referem-se ao atendimento temporário e imediato de um indivíduo que está ferido ou adoeceu repentinamente. Também podem envolver o atendimento em casa quando não se pode ter acesso a uma equipe de resgate. Trata-se de procedimentos de urgência, os quais devem ser aplicados a vítimas de acidentes, mal súbito ou em perigo de vida, com o intuito de manter sinais vitais. Os procedimentos não substituem o médico, o enfermeiro ou a equipe técnica. Na verdade, um dos principais fundamentos dos primeiros socorros é a obtenção de assistência médica nos casos de lesão grave (AOYAMA, *et al.*, 2020).

O socorro tende a ser prestado sempre que a vítima não tem condições de cuidar de si própria, recebendo um primeiro atendimento e logo acionando-se a assistência especializada (MALTA, *et al.*, 2021).

Na educação infantil crianças passam todos os dias por situações de risco, devido a sua imaturidade e curiosidade, dentro desse contexto a escola torna-se responsável por cada criança ali envolvida em sua fase de aprendizagem, não só no quesito educação, mas também com relação a seguridade a vida de cada um. Diante das situações de risco que podem ocorrer dentro do ambiente escolar, temos o exemplo do menino Lucas Begalli, que teve sua vida interrompida por uma asfixia mecânica após passeio escolar onde se engasgou com um lanche e não recebeu socorro imediato por falta de preparo e conhecimento dos profissionais da escola que o acompanhavam no passeio (MORENO, *et al.*, 2021).

Tal tragédia fez com que sua mãe Alessandra Begalli tomasse a iniciativa de buscar por uma solução para que não ocorresse a outras crianças o mesmo que ocorreu com seu filho. Seu empenho e dedicação fez com que se tornasse viável o desenvolvimento de uma lei afim de promover a capacitação dos profissionais da educação do ensino infantil e básico, funcionários, professores de escolas privadas e públicas no atendimento de primeiros socorros aos estudantes (FERREIRA, *et al.*, 2022).

A lei nº 13.722 conhecida como “Lei Lucas” foi sancionada no dia 04/10/2018 e em seu artigo 1º determina que: “Os estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública, por meio dos respectivos sistemas de ensino de educação básica e de recreação infantil da rede privada deverão capacitar funcionários e professores em noções de primeiros socorros” (BRASIL, 2018).

Sendo assim, as instituições de ensino devem ofertar anualmente cursos de capacitação a esses profissionais, sendo de responsabilidade de cada estabelecimento ou rede de ensino. Tais cursos devem ser ministrados por entidades municipais ou estaduais especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial a população. Além do cumprimento da Lei Lucas, é muito importante que as escolas se equipem com itens de segurança que, em muitos casos, são essenciais para salvar vidas (SOUSA, *et al.*, 2020).

A prevenção contra acidentes inesperados não é apenas saber agir nos primeiros socorros, ela inclui também estar equipado para várias situações que podem se apresentar principalmente para as emergenciais como uma parada cardíaca bem como dar estrutura para uma assistência mais rápida. Cada estabelecimento de ensino deve dispor de kits de primeiros socorros para atender a situações de risco. Assim professores e funcionários treinados poderão identificar e agir preventivamente em situações de emergência e urgência, até que o suporte médico especializado local ou remoto se torne possível (PEREIRA, *et al.*, 2020).

Dessa forma, o estudo teve como objetivo geral de verificar o conhecimento dos professores sobre primeiros socorros com ênfase na Lei Lucas e objetivos específicos de: descrever o perfil dos docentes em exercício na educação básica; analisar o conhecimento auto-referido dos docentes sobre primeiros socorros após capacitação; verificar se há time de resposta rápida diante dos acidentes e conhecer o planejamento das capacitações.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de natureza descritiva com abordagem quantitativa. A pesquisa foi conduzida por meio da aplicação de formulário eletrônico e autoaplicável, construído na ferramenta Google Forms.

A pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza, não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (VERGARA, 2000).

Foram incluídos no estudo apenas professores das redes pública e privada da educação básica do estado de São Paulo, que receberam a capacitação em primeiros socorros e, que estavam em pleno exercício profissional.

O estudo seguiu os princípios da Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e teve início após aprovação Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP), sob o parecer nº 6.305.546.

As informações foram coletadas, analisadas, organizadas e sintetizadas a partir de estatística descritiva, apresentadas em números absolutos e índices percentuais, representados em tabelas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dados obtidos por meio de pesquisa mostram que no Brasil existem cerca de 112.927 escolas de nível infantil e 123.585 escolas de nível fundamental e 29.167 de ensino médio entre privadas e públicas. Totalizando um número de 42.605.557 alunos matriculados entre ensino infantil, fundamental e médio no país. No estado de São Paulo são 18.164 escolas de ensino infantil, 15.189 escolas de ensino fundamental e 6.497 escolas de ensino médio. Totalizando um número de 9.168.092 alunos. (IBGE, 2021).

O número total de alunos matriculados mostra a importância da Lei Lucas no Brasil, assim visando a prevenção de danos à saúde no ambiente escolar, e evitando desfechos trágicos. Promovendo a saúde e o cuidado a vida de crianças e adolescentes no contexto escolar.

Foram entrevistados 65 professores atuantes nos níveis de educação básica (infantil, fundamental I e II e ensino médio) da rede pública e privada. A entrevista foi realizada entre as datas de 22/09/2023 a 13/10/2023, permanecendo assim por 15 dias para coleta de dados.

Após análise dos resultados identificou-se que (n=60) 92,3% a maioria do sexo feminino, (n=36) 55,4% entre 39 e 59 anos e (n=35) 54,2% atuam no ensino de nível infantil.

Quanto ao conhecimento da Lei Lucas, (n=39) 60% dos professores disseram conhecê-la e (n=43) 66,2% já participaram de treinamentos de primeiros socorros.

Em relação ao Kit de primeiros socorros, (n=37) 56,9% relataram que a unidade escolar dispõe dos materiais, porém (n=15) 23,1% apontaram que o kit é completo conforme treinamento realizado e (n=32) 49,2% responderam que o kit fica em local de fácil acesso.

Apenas (n=20) 30,8% sentem-se aptos para prestar atendimento a criança em situação de risco e em sua maioria, (n=58) 89,2% acreditam que é possível evitar acidentes no ambiente escolar, já que (n=16) 24,6% responderam sobre a ocorrência frequente dos acidentes escolares e (n=39) 60,7% afirmaram sobre a existência de livro de ocorrências.

Na ocorrência de incidentes, (n=41) 63,1% disseram que são os professores que socorrem as crianças. Já (n=60) 92,4% apontaram que deveria ser obrigatório um profissional da enfermagem atuante dentro do ambiente escolar para situações de acidentes em crianças, conforme apresentado na (Tabela 1).

Tabela 1. Dados gerais, detalhamento de perfil epidemiológico, capacitação aos docentes, nível de preparo para ocorrências. Análise descritiva com relação ao número total e percentuais.

Variáveis	N = 65	100%
Sexo		
Feminino	60	92,3%
Masculino	5	7,7%
Idade		
18 - 28	9	14,6%
29 - 38	17	26,2%
39 - 59	36	55,4%
60 ou mais	3	3,8
Tempo de Docência		
5 - 10	31	47,7%
11 - 15	21	32,3%
16 ou mais	13	20%
Etapa de Ensino		
Infantil	35	54,2%
Fundamental I	23	35,1%

Fundamental II	6	8,9%
Ensino Médio	1	1,8%
Conhecem a Lei Lucas		
Sim	39	60%
Não	26	40%
Frequência Capacitação		
Semestral	15	23,1%
Anual	26	40%
Nunca	8	12,3%
Desconhece	16	24,6%
Participação Treinamento Primeiros Socorros Ambiente Escolar		
Sim	43	66,2%
Não	22	33,8%
Contato com o Tema Primeiros Socorros na Formação		
Sim	41	63,1%
Não	24	36,9%
Kit Primeiros Socorros no Ambiente Escolar		
Sim	37	56,9%
Não	11	16,9%
Desconhece	17	26,2%
Kit Contém Materiais Necessários Conforme Treinamento		
Sim	15	23,1%
Não	19	29,2%
Desconhece	31	47,7%

Kit Local de Fácil Acesso		
Sim	32	49,2%
Não	7	10,8%
Desconhece	26	40%
Acidentes Infantis Podem ser evitados		
Sim	58	89,2%
Não	7	10,8%
Frequência dos Acidentes		
Frequentemente	16	24,6%
Não Ocorrem	12	18,5%
Outros	37	56,9%
Livro de Ocorrências		
Sim	39	60,7%
Não	13	19,7%
Desconhece	13	19,7%
Socorro a Criança Na Escola		
Professor	41	63,1%
Outros	24	36,9%
Sentimento de Aptidão para Prestar Primeiros Socorros na Escola		
Sim	20	30,8%
Não	45	69,2%
Obrigatoriedade Profissional da Enfermagem no Ambiente Escolar		
Sim	60	92,3%

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

De acordo com a tabela 2 podemos obter os seguintes resultados, quanto ao título dos artigos podemos observar que o termo primeiros socorros é uma temática bem recorrente nos mesmos, aparecendo como tema principal em nove (9) artigos em diferentes contextos, o termo profissionais da educação por sua vez denota também um papel importante nas principais vertentes das pesquisas, uma vez que é relatada por quatro (4) artigos em cenários distintos, por exemplo, no A4 profissionais da educação aparece a fim de descrever o nível de aptidão, conhecimento e atitude sobre primeiros socorros, já no A7 o mesmo analisa de forma experimental o grau de conhecimento dos profissionais em primeiros socorros, estando presente assim no pré, intra e pós-capacitação.

Com relação aos objetivos das pesquisas pode-se analisar que de modo geral todos estão interligados, uma vez que os autores ressaltam de forma fidedigna a importância da capacitação em primeiros socorros no ambiente escolar, atrelando-a com o nível de conhecimento e aptidão dos profissionais da educação sobre o tema.

Já na metodologia dos estudos, nota-se uma preferência dos autores por métodos de pesquisas que os possibilitam validar suas hipóteses e obter respostas objetivas, autores abordaram um método de estudo quantitativo em suas pesquisas, possibilitando assim uma análise estatística acerca da temática proposta. Entretanto é possível notar que alguns autores das pesquisas analisadas possibilitaram também ao leitor observar uma abordagem mais aprofundada por meio de narrativas, onde foi capaz de extrair insights a partir da subjetividade de cada participante presente no âmbito das pesquisas qualitativas, tal abordagem metodológica presente nos estudos citados.

No que concerne a conclusão das pesquisas, evidencia-se uma grande ênfase dos autores acerca da importância da capacitação aos profissionais da educação, a fim de se evitar desfechos trágicos. Na mesma proporção o A6 e A9 realçam a importância da educação continuada e permanente dos profissionais de enfermagem acerca do assunto, conforme é apresentado em (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição das referências incluídas na revisão de acordo com título, objetivo, metodologia e conclusão.

Código	Título	Objetivo	Metodologia	Conclusão
A1	A importância do conhecimento em primeiros socorros entre profissionais da área de educação no ambiente escolar.	Este estudo objetivou relatar a importância do conhecimento em primeiros socorros entre profissionais da educação no ambiente escolar.	Revisão sistemática descritiva.	Há pouco entendimento quanto as manobras de desobstrução de vias aeres em lactentes e crianças. É primordial que os professores e a equipe saibam corporificar adequadamente as manobras de primeiros socorros.

A2	Atuação do enfermeiro brasileiro no ambiente escolar.	Descrever as evidências de estudos sobre a atuação do enfermeiro brasileiro no ambiente escolar.	Revisão narrativa da literatura. Análise crítica dos estudos de forma descritiva.	Percebeu-se que a atuação do enfermeiro no ambiente escolar é essencial para o desenvolvimento e crescimento dos alunos e também para a promoção da saúde no ambiente escolar.
A3	Estatuto da criança e do adolescente e estatuto da juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças.	Analisar em que medida o estatuto da juventude e o ECA se complementam.	Revisão narrativa, com abordagem descritiva.	O estatuto traz na sua configuração, ênfase na emancipação, autonomia e participação dos jovens, garantindo o direito de viver plenamente.
A4	Aptidão, conhecimento e atitude de profissionais da educação infantil sobre primeiros socorros.	Analisar a aptidão, o conhecimento e a atitude de profissionais da educação infantil que participaram ou não de capacitação em primeiros socorros.	Estudo transversal, desenvolvido com 132 profissionais da educação infantil, por meio de questionário no Google Forms.	Ter participado de capacitação proporcionou aos profissionais maior conhecimento e assertividade referente à atitude a ser tomada nas situações de emergência.
A5	Prevenção e primeiros socorros de obstrução de vias aéreas por corpos estranhos para crianças.	O objetivo foi orientar crianças entre 6 e 15 anos, quanto a prevenir e prestar os primeiros socorros, ou solicitar ajuda profissional no caso de O.V.A.C.E.	Relato de experiência de cunho descritivo.	Foi possível identificar a necessidade de aprendizagem do público e a importância de ações educativas visando ações de prevenção de acidentes.
A6	Lei Lucas: primeiros socorros em uma escola estadual de ensino fundamental.	Análise do entendimento dos funcionários de uma escola de ensino	Pesquisa descritiva qualitativa do tipo pesquisa-ação, realizada	Percebeu-se que a capacitação de profissionais de escolas de ensino fundamental sobre

		fundamental sobre primeiros socorros antes e após capacitação <i>in loco</i> .	por meio de questionários e capacitação.	primeiros socorros através da educação permanente, se faz necessário e esses profissionais devem se sentir mais seguros e aptos.
A7	Primeiros socorros para profissionais da educação infantil: Um estudo quase experimental.	Investigar o conhecimento dos profissionais da educação sobre P.S, e avaliar os resultados da implementação de uma intervenção em educação.	Investigação quase-experimental, não randomizada, baseada em observação no pré-intervenção, intervenção e pós-intervenção.	Conclui-se que os profissionais necessitam urgente de capacitação, para sentirem-se aptos.
A8	A importância das oficinas de primeiros socorros após implementação da Lei Lucas: a vivência de um colégio.	Avaliar o conhecimento dos professores e servidores do colégio após a aplicação das oficinas de primeiros socorros, baseado na implementação da Lei Lucas.	Pesquisa do tipo quali/quantitativa sendo aplicada por meio de entrevista através do Google formulário.	Nota-se a necessidade urgente de maiores informações sobre primeiros socorros para uma correta ação em situações de urgência/emergência.
A9	Capacitação de primeiros socorros em colaboradores da educação infantil da creche municipal: Relato de experiência.	Capacitar colaboradores da educação infantil de creche municipal, sobre a realização dos primeiros socorros em menores, para que em momentos atípicos estejam capacitados.	A capacitação foi desenvolvida por discentes do curso de enfermagem através de aulas práticas de saúde da criança, direcionada a colaboradores de uma creche municipal.	A capacitação foi de grande relevância, a fim de contribuir para a redução dos índices de morbimortalidade decorrentes de acidentes na infância, já que a maioria apresenta conhecimento prévio quanto a prestação de primeiros socorros.

A10	Primeiros socorros na escola, papel da enfermagem e a contribuição da Lei Lucas.	Contribuir socialmente fornecendo informações sobre a existência da Lei Lucas, sua aplicabilidade e notoriedade de seu cumprimento, evidenciar parâmetros que perante essa Lei, podem e devem ser exigidos pelos pais na escola de seus filhos.	Pesquisa qualitativa, revisão narrativa e descritiva.	Conclui-se sobre a importância da capacitação anual do corpo docente e funcional das instituições de ensino em noções de primeiros socorros, assegurados uma melhor assistência em situações emergenciais.
A11	A obrigatoriedade dos primeiros socorros nas escolas: Análise da Lei 13.722/2018.	Analisar a trajetória de tramitação da Lei Lucas, além de identificar os princípios que orientam a Lei Lucas e compreender sua relação com as leis de proteção integral as crianças e adolescentes, como ECA.	Análise documental.	Verifica-se uma desconexão da legislação da realidade nacional e observa-se os inúmeros fatores que tendem a influenciar na criação e aprovação de leis.

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Dados coletados para o estudo e apresentados por meio de revisão narrativa da literatura.

Assim como na pesquisa, realizada pelos autores, que denotam como um dos resultados principais, a importância de um profissional da enfermagem no ambiente escolar, para situações de urgência/emergência, dentre os artigos pesquisados citam a “escola como ambiente de intervenção do enfermeiro para formação integral e saudável dos alunos, como influência da educação e promoção da saúde no ambiente escolar” (BASTOS, *et al.*, 2021).

A enfermagem no ambiente escolar é uma das propostas que necessita de mais estudos, para assim promover uma importante alteração na Lei Lucas, possibilitando além da capacitação em primeiros socorros aos profissionais da educação, a introdução de um profissional da enfermagem atuante no ambiente escolar, que assim poderia promover a capacitação entre os docentes e a educação

em saúde aos estudantes. Nos demais artigos revisados denotam a importância da enfermagem, através da erudição, que pode contribuir para o cumprimento da Lei Lucas, capacitando o público-alvo em noções de primeiros socorros e prevenção de acidentes. (SILVA, *et al.*, 2023).

Em comparativo ao resultado principal da pesquisa realizada pelos autores, nota-se o sentimento de inaptidão relatado pela maioria absoluta entrevistada, que em (n=45) 69,2% sentem-se inaptos a prestar primeiros socorros mesmo após participarem de capacitação.

Mesmo após a capacitação, 70% dos profissionais não se sentiram seguros em uma emergência, percebe-se que a capacitação dos profissionais da escola se faz necessário por meio de educação permanente e esses profissionais devem se sentir mais seguros e aptos, favorecendo a segurança das crianças e evitando o pior (FREITAS, *et al.*, 2023).

4 CONCLUSÃO

A investigação forneceu dados sobre o conhecimento dos profissionais da educação, sobre a Lei Lucas que diz a respeito de Primeiros socorros nas escolas, medidas de prevenção e segurança e se realmente os profissionais estão aptos para agir em uma situação de urgência/emergência que demande a prestação dos primeiros socorros de forma eficaz e correta com base em sua capacitação.

Assim, é visto que diante de uma situação de urgência e emergência mesmo com treinamento em primeiros socorros a maioria dos entrevistados não se sentem aptos para prestar socorro a criança no ambiente escolar e relatam a necessidade de um profissional de enfermagem para as situações de atendimento de gravidades.

O estudo revela a fragilidade e insegurança dos docentes, que mesmo diante de capacitação não se sentem aptos a prestar atendimento adequado.

Diante deste cenário sugere-se um debate sobre a necessidade de um profissional de enfermagem nas instituições de ensino para oferecer um atendimento técnico, qualificado. Entretanto, é importante considerar que a presença constante de um profissional da saúde na instituição de ensino não exclui a importância da discussão e capacitação dos docentes sobre o assunto em questão.

A análise desta pesquisa demonstrou que torna-se necessário a realização de mais estudos com o intuito de propor discussões de revisão da lei e com isso inserir no ambiente escolar um profissional qualificado para fornecer atendimento adequado e seguro no cuidado das crianças.

REFERÊNCIAS

AOYAMA, E. A. et al. A importância do conhecimento em primeiros socorros entre profissionais da área de educação no ambiente escolar. **ReBIS** [Internet]. 2020; 2(4): 40-3.

BASTOS, P. O. et al. Atuação do enfermeiro brasileiro no ambiente escolar: Revisão narrativa. **Research, Society and Development**, v.10, n. 9, e31410918089, 2021.

BRASIL, Lei nº 13.722/18, Brasília; 2018, outubro, 4. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13722.htm. Acesso em: 24 abril 2023.

BRASÍLIA, **INEP, 2022**. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/6-9-das-escolas-publicastem>>, Acesso em: 18 de setembro 2023.

CASTRO & MACEDO. Estatuto da criança e do adolescente e estatuto da juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. Ver. **Direito Práx.**, Rio de Janeiro, vol.10, n. 02, 2019 p. 1214-1238.

CRUZ, K. B. et al. Aptidão, conhecimento e atitude de profissionais da educação infantil sobre primeiros socorros. **Rev. Enferm. UFSM**, v.12, e7, p. 1-20, 2022.

FERREIRA, C. et al. Prevenção e primeiros socorros de obstrução de vias aéreas por corpos estranhos para crianças. **InterAção**, v.04, n. 02, p. 44-53, 2022.

FREITAS, J. B. Q et al. Lei Lucas: primeiros socorros em uma escola estadual de ensino fundamental. **R. Enferm. UFJF**, v. 9, p.1-14, 2023.

MALTA, C. M. et al. Primeiros socorros para profissionais da educação infantil: Um estudo quase-experimental. **Docent Discunt**, v. 2, n. 2, p. 14-27, 2021.

MORENO, S. H. R. et al. A importância das oficinas de primeiros socorros após implementação da Lei Lucas: a vivência de um colégio. **Brazilian Journal of Health Review**, v.4, n. 2, p.4661 mar./apr. 2021.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS). **Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal**. Disponível em Acesso em: 24 de abril 2023.

PEREIRA, G. B. et al. Capacitação de primeiros socorros em colaboradores da educação infantil da creche municipal: Relato de experiência. **Anais do 11º Fórum Científico UNIFUNEUC: Educação, Ciência e Tecnologia**, 18 a 21 de novembro, Santa Fé do Sul (SP), v.11, 2020.

SILVA, A. C. J. P. et al. Primeiros socorros na escola, papel da enfermagem e a contribuição da Lei Lucas. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 9, p.14446-14462, 2023.

SOUSA, A obrigatoriedade dos primeiros socorros nas escolas: Análise da lei 13.722/2018. **CESUMAR**, 2020.

ROCHA, G. V. **Lei 13722/18** | Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, Presidência da República. Disponível em: <jusbrasil.com.br>, Acesso em: 14 de junho 2023. BRASÍLIA, INEP, 2022. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/13/5908>>. Acesso em: 30 de maio 2022.

SIM, **Sistema de Informações sobre Mortalidade SIM, 2023**. Disponível em:
<<https://svs.aids.gov.br/daent/centraisdeconteudos/paineisdemonitoramento/mortalidade/infantil-e-fetal/>>. AcessoemAbril2023.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.